

Liberdade perversa: a crítica indígena e o mito do progresso

O Despertar de tudo: uma nova história da humanidade

David Graeber; David Wengrow
São Paulo: Companhia das Letras, 2022

Como os europeus aprenderam com os americanos (nativos) a conexão entre debate racional, liberdades pessoais e a recusa do poder arbitrário

Em termos políticos, portanto, franceses e americanos estavam discutindo não a igualdade, e sim a liberdade. Praticamente a única referência específica à igualdade política nos 71 volumes das Relations des jésuites aparece quase como um aparte, num relato de uma ocorrência em 1648, num assentamento de wendats cristianizados perto da cidade de Quebec. Após um distúrbio causado por um carregamento ilegal de bebida que chegou à comunidade, o governador persuadiu os líderes wendats a concordarem com a proibição de bebidas alcoólicas, e publicou um decreto para esse fim — respaldado, ressalta o governador, pela ameaça de punição. É o padre Lallement que, mais uma vez, relata o caso. Para ele, foi um acontecimento que marcou época:

Desde os inícios do mundo até a chegada dos franceses, os Selvagens nunca souberam o que era proibir tão solenemente qualquer coisa ao seu povo, sob qualquer penalidade, por mais leve que fosse. São pessoas livres, e cada qual se considera tão importante quanto os demais; e só se submetem aos seus chefes até onde lhes agrada.²⁴

Aqui, a igualdade é extensão direta da liberdade; na verdade, é sua expressão. Não tem quase nada em comum com a noção (eurasiana) mais familiar de “igualdade perante a lei”, que, em última análise, é igualdade perante o soberano — ou seja, mais uma vez, igualdade como subjugação generalizada. Os americanos, por outro lado, eram iguais na medida em que eram igualmente livres para obedecer ou desobedecer a ordens, conforme julgassem adequado. A governança democrática dos wendats e das Cinco Nações Haudenosaunee, que tanto impressionou leitores europeus posteriores, era uma expressão do mesmo princípio: como não se admitia uma imposição obrigatória, então a coesão social precisava evidentemente ser criada por meio do debate racional, de argumentos persuasivos e da instauração de um consenso.

Aqui voltamos ao ponto de onde partimos: o Iluminismo europeu como apoteose do princípio do debate aberto e racional. Já mencionamos o relutante respeito de Sagard pela facilidade de argumentação lógica dos wendats (tema que também permeia a maioria dos relatos jesuítas). Nesse ponto, vale lembrar que os jesuítas eram os intelectuais do mundo católico. Versados em retórica clássica e nas técnicas do disputatio, haviam aprendido as línguas dos americanos sobretudo para poder argumentar com eles e persuadi-los da superioridade da fé cristã. Mas volta e meia se viam surpresos e impressionados com a qualidade dos contra-argumentos que tinham de enfrentar.

Como era possível que houvesse tal desenvoltura retórica entre pessoas sem nenhum conhecimento das obras de Varrão e Quintiliano? Ao analisar a questão, os jesuítas quase sempre notavam a forma aberta como se conduziam os assuntos públicos. Como escreveu o padre Lejeune, superior dos jesuítas no Canadá nos anos 1630:

Praticamente nenhum deles é incapaz de conversar ou arrazoar muito bem, e em bons termos, sobre assuntos do seu conhecimento. Os conselhos, que se reúnem quase todos os dias nas Aldeias e sobre quase todos os assuntos, aperfeiçoam sua capacidade de falar.

Ou, nas palavras de Lallement:

Posso dizer em verdade que, no que se refere à inteligência, eles não são de maneira nenhuma inferiores aos europeus e aos que residem na França. Eu nunca teria acreditado que, sem instrução, a natureza poderia proporcionar uma eloquência extremamente ágil e vigorosa como a que admirei em muitos huronianos; ou uma visão mais clara nos assuntos públicos, ou uma administração mais circunspecta em coisas a que estão acostumados.²⁵

Alguns jesuítas iam além, comentando — não sem uma pontada de frustração — que os selvagens do Novo Mundo pareciam no geral bem mais inteligentes do que as pessoas com que estavam acostumados a lidar em seu país (por exemplo: “praticamente todos eles mostram mais inteligência em seus afazeres, falas, cortesias, contatos, brincadeiras e sutilezas do que os mais sagazes cidadãos e mercadores na França”).²⁶

Os jesuítas, portanto, claramente viam e reconheciam uma relação intrínseca entre a recusa do poder arbitrário, o debate político aberto e inclusivo e o gosto pela discussão racional. É verdade que os líderes políticos ameríndios, que na maioria dos casos não dispunham de nenhum meio para obrigar quem quer que fosse a fazer qualquer coisa

de que discordassem, eram famosos por suas capacidades retóricas. Até mesmo generais europeus experientes, ao conduzir campanhas genocidas contra povos indígenas, muitas vezes se diziam levados às lágrimas pela eloquência deles. De todo modo, a capacidade de persuasão não precisa adotar a forma da argumentação lógica; pode também apelar aos sentimentos, despertando paixões, empregando metáforas poéticas, recorrendo à sabedoria dos mitos ou dos provérbios, utilizando a ironia e o recurso indireto, o humor, o insulto ou apelos a profecias ou revelações; e o grau em que se privilegia qualquer um desses recursos está relacionado com a tradição retórica a que o orador pertence e com as predisposições presumidas de seus ouvintes.

Eram em grande medida os falantes de línguas iroquesas, como os wendats ou as Cinco Nações Haudenosaunee, mais ao sul, que pareciam atribuir esse peso ao debate racional — e até considerá-lo uma forma agradável de entretenimento. Esse fato teve, por si só, importantes repercussões históricas, pois ao que tudo indica foi precisamente esse modelo de debate — racional, cético, empírico, em tom de conversação — que, não muito tempo depois, veio a ser identificado também com o Iluminismo europeu. E, tal como os jesuítas, os pensadores iluministas e os revolucionários democráticos o consideravam intrinsecamente ligado à rejeição da autoridade arbitrária, em particular aquela que por tanto tempo foi assumida pelo clero.

Juntemos os fios de nossos argumentos até agora.

Em meados do século xvii, pensadores jurídicos e políticos na Europa começavam a explorar a ideia de um Estado de Natureza igualitário, pelo menos no sentido mínimo de um estado-padrão que podia ser comum às sociedades que, a seus olhos, não tinham governo, escrita, religião, propriedade privada ou algum outro meio significativo de se diferenciarem umas das outras. Termos como “igualdade” e “desigualdade” estavam começando a entrar em uso corrente nos círculos intelectuais — inclusive na época em que os primeiros missionários franceses passaram a evangelizar os habitantes das atuais províncias do Quebec e da Nova Escócia.²⁷ O público leitor europeu vinha mostrando uma curiosidade cada vez maior sobre o que teriam sido tais sociedades primordiais. No entanto, não havia nenhuma tendência a imaginar homens e mulheres vivendo num Estado de Natureza como especialmente “nobres”, menos ainda como cétricos racionais e defensores da liberdade individual.²⁸ Essa perspectiva foi fruto de um encontro dialógico.

De início, como vimos, nenhum dos lados — nem os colonizadores da Nova França, nem seus interlocutores indígenas — tinham muito a dizer sobre a “igualdade”. Em vez disso, os argumentos versavam sobre os direitos humanos e o auxílio mútuo, ou até o que poderia ser mais definido como liberdade e comunismo. Precisamos deixar bem claro o que entendemos por este último termo. Desde o começo do século xix, travam-se intensos debates sobre a possibilidade de algum dia ter existido algo que possa ser legitimamente denominado “comunismo primitivo”. No centro desses debates, de forma quase unânime estavam as sociedades indígenas das Florestas do Nordeste da América do Norte — desde que Friedrich Engels utilizou os iroqueses como exemplo precípua de comunismo primitivo em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). Aqui, “comunismo” se refere sempre à propriedade coletiva, em particular dos recursos produtivos. Como já observamos, muitas sociedades americanas poderiam ser consideradas um tanto ambíguas nesse sentido: as mulheres possuíam e trabalhavam as terras individualmente, ainda que armazenassem e distribuíssem os produtos de maneira coletiva; os homens eram os únicos donos de suas armas e de seus instrumentos, ainda que costumassem repartir a caça e os despojos.

Existe, porém, outra maneira de empregar a palavra “comunismo”: não como regime de propriedade, mas no sentido original como “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”. Há também um nível mínimo de comunismo “elementar”, que se aplica a todas as sociedades: um sentimento de que, se a condição de necessidade em que se encontra outra pessoa for considerada grave (ela está, digamos, se afogando) e se o custo de socorrê-la for considerado modesto (ela pede, digamos, que lhe atirem uma corda), então é claro que qualquer pessoa decente a atenderia. Esse tipo de comunismo elementar até pode ser considerado o próprio fundamento da sociabilidade humana, já que o indivíduo deixaria de atender somente a seus inimigos declarados. O que varia é até que ponto, no entendimento das pessoas, esse nível mínimo de comunismo deveria ser estendido.

Em muitas sociedades — e as sociedades americanas daquela época parecem estar entre elas —, seria inconcebível negar um pedido de comida. Claramente não era esse o caso entre os franceses seiscentistas na América do Norte: seu comunismo elementar ao que tudo indica tinha alcance bastante restrito e não incluía alimento e abrigo — o que escandalizava os americanos. Mas, assim como vimos antes uma comparação entre dois conceitos muito diferentes de igualdade, aqui estamos vendo, em última análise, um choque entre conceitos muito diferentes de individualismo. Os europeus viviam brigando para obter vantagens; as sociedades das Florestas do Nordeste da América do Norte, por sua vez, garantiam umas às outras os meios para uma vida autônoma — ou, pelo menos, asseguravam que nenhum homem ou mulher fosse subjugado por qualquer outro. Caso nos seja possível falar em termos de comunismo, ele existia não em oposição, e sim em apoio à liberdade individual.

Pode-se dizer o mesmo sobre os sistemas políticos indígenas que os europeus encontraram em grande parte da região dos Grandes Lagos. Tudo colaborava para assegurar que ninguém tivesse sua vontade subjugada pela de outrem. Foi apenas com o passar do tempo, quando os americanos aprenderam mais sobre a Europa e os europeus começaram a pensar como seria transpor os ideais americanos de liberdade individual para suas próprias sociedades, que o termo “igualdade” começou a ganhar espaço como elemento do discurso entre eles.